

SENADO

Governo novamente atrás de votos

Oposição é fundamental para aprovar em segundo turno a prorrogação da DRU até 2011

Leopoldo Silva/Agência Senado

Fernando Exman
BRASÍLIA

Com a missão de garantir R\$ 90 bilhões para os cofres da União no ano que vem, líderes governistas iniciam a semana dispostos a reconstruir as pontes com a oposição a fim de aprovar em segundo turno a prorrogação, até 2011, da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Os parlamentares dos partidos da coalizão dependem da ajuda do DEM e do PSDB para manter o mecanismo. Sabem que o acirramento da disputa política entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e representantes da oposição pode dificultar a votação, prevista para a quinta-feira.

Por meio de manobras regimentais, a oposição pode forçar o adiamento da sessão para o ano que vem. Se quiserem radicalizar de vez, tem poder para derrubar o dispositivo, assim como fizeram com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

— Com a aproximação do Natal, o governo terá que trabalhar para garantir o quorum — ironizou o senador Heráclito Fortes (DEM-PI). — Terá que se mobilizar. A DRU é fundamental para o governo.

Para a líder do PT na Casa, Ideli Salvatti (SC), a oposição manterá a DRU porque sabe que os R\$ 90 bilhões são essenciais para a manutenção da estabilidade da economia nacional.

— Eles podem fazer ameaças, mas recuso-me a acreditar que isso seja para valer — ressaltou a petista. — A CPMF muda a operacionalidade de políticas públicas, mas a DRU tem um efeito no risco País, na Bolsa de Valores e em investimentos.

A DRU dá liberdade ao governo para usar como quiser 20% da arrecadação de impostos e tributos destinados a áreas específicas por determinação da Constituição. Segundo o Ministério do Planejamento, o mecanismo é essencial para a realização de investimentos, o pagamento dos salários dos servidores públicos e a manutenção do superávit primário — economia feita pelo governo para pagar os juros da dívida. O governo pretende usar, por exemplo, R\$ 34 bilhões vindos da DRU para quitar parte da folha de pagamento do ano que vem, que totalizará R\$ 130 bilhões. Outros R\$ 4 bilhões estão

reservados para o Ministério dos Transportes. Os ministérios da Defesa e das Cidades também dependem da DRU para investir.

DRU e CPMF tramitavam na mesma proposta de emenda constitucional (PEC). Na sessão da madrugada da quinta-feira, quando teve certeza que não teria os 49 votos para aprovar a PEC, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), propôs votar CPMF e DRU de forma separada. A extinção do tributo, que arrecadaria R\$ 40 bilhões por ano, forçará o governo a cortar gastos e investimentos. A prorrogação da DRU no primeiro turno, entretanto, recebeu 60 votos.

Apesar da intenção dos aliados de arrefecer o clima de disputa política, os líderes da oposição e o presidente Lula têm trocado farpas nos últimos dias. Lula declarou que a oposição acabou com a CPMF porque não usa o Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, 0,20%

Disputa política entre o presidente Lula e a oposição pode dificultar a votação prevista para quinta

das movimentações financeiras são destinados à área. A alíquota total do tributo é de 0,38%.

Disse também que o fim do imposto prejudicará o próximo presidente da República. O PSDB tem dois fortes pré-candidatos ao cargo, os governadores José Serra (São Paulo) e Aécio Neves (Minas Gerais). Em resposta, o líder tucano no Senado, Arthur Virgílio (AM), ameaçou articular a reprovação da DRU na sessão desta semana.

A advertência já havia sido feita pelo senador Efraim Morais (DEM-PB) na sessão em que a oposição derrubou a CPMF. Imitado com a derrota do governo, o senador Sibá Machado (PT-AC) comparou a decisão do Senado à de países que deram o calote em suas dívidas externas.

— Aconselho que não sejam repetidos discursos dessa natureza, senão vão perder a DRU também — bradou Morais. — Diminuem esse radicalismo.



LÍDER DO PT - acredita que partidos sabem que R\$ 90 bilhões são fundamentais para o País